

Caderno de Encargos

Aquisição de Equipamento Hoteleiro, em regime de fornecimento contínuo, para os estabelecimentos de ensino do Município de Vila Nova de Gaia

Índice

PARTE I – DO CONTRATO.....	4
Cláusula 1. ^a - Objeto	4
Cláusula 2. ^a - Contrato	4
Cláusula 3. ^a - Prazos.....	4
Cláusula 4. ^a - Preço base	5
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7. ^a - Prazo do dever de sigilo	6
Cláusula 8. ^a - Preço contratual	6
Cláusula 9. ^a - Condições de pagamento	7
Cláusula 10. ^a - Penalidades contratuais	8
Cláusula 11. ^a - Resolução do contrato	8
Cláusula 12. ^a - Cessão da posição contratual	9
PARTE II – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	10
Cláusula 13. ^a - Local e conformidade da entrega dos bens.....	10
Cláusula 14. ^a - Transferência de propriedade	10
Cláusula 15. ^a - Inspeção	10
Cláusula 16. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	10
Cláusula 17. ^a - Garantia Técnica dos bens.....	11
Cláusula 18. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas.....	11
Cláusula 19. ^a – Proteção de dados pessoais.....	11
Cláusula 20. ^a – Avaliação de Fornecedores	12
Cláusula 21. ^a - Acompanhamento da execução do contrato.....	13
PARTE III – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13
Cláusula 22. ^a - Foro competente	13
Cláusula 23. ^a - Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 24. ^a - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato	13
Cláusula 25. ^a - Produção de efeitos	14
Cláusula 26. ^a - Legislação aplicável	14
PARTE IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	15
Cláusula 27. ^a - Especificações Técnicas dos bens a fornecer	15

Cláusula 28.ª – Regime de Fornecimento.....	17
Cláusula 29.ª- Obrigações Acessórias do fornecedor	17

PARTE I – DO CONTRATO

Cláusula 1.ª- Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de Equipamento Hoteleiro, em regime de fornecimento contínuo, para os estabelecimentos de ensino do Município de Vila Nova de Gaia”**, de acordo com as especificações técnicas definidas na Parte IV do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª- Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª- Prazos

- 1 - O contrato resultante do presente procedimento é celebrado pelo prazo máximo de 1 (um) ano ou até se mostrar esgotado o montante máximo de € 160.000,00 + IVA, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.
- 2 - O contrato cessa independentemente do termo do prazo fixado se, em momento prévio, for atingido o respetivo preço contratual.
- 3 - Findo o prazo referido no n.º 1 e caso não tenha sido atingido o valor aí previsto, o contrato extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização ou compensação.

Cláusula 4.ª - Preço base

- 1 - O preço base global, para efeitos do presente procedimento, é de **€ 160.000,00 (cento e sessenta mil euros)** correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2 - O preço base mencionado no número anterior foi determinado em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta preliminar ao mercado, realizada ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP.
- 3 - A informação pertinente resultante da consulta preliminar ao mercado referida no número anterior será, caso seja expressamente solicitada, disponibilizada a todos os concorrentes do procedimento, o que ocorrerá após o termo do prazo para a apresentação das propostas, de acordo com a Orientação Técnica n.º 04/CCP/2019, datada de 11/07/2019 do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC).

Cláusula 5.ª- Obrigações principais do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega e instalação dos bens identificados na sua proposta, assim como, formação de utilização e manutenção dos mesmos quando solicitado;
 - b. Obrigação de garantia dos bens;
 - c. Obrigação de continuidade de fabrico;
 - d. Obrigação de proceder à substituição dos bens caso seja detetado qualquer falta de conformidade dos mesmos, nos termos insertos nas cláusulas 16.º e 17.º do presente Caderno de Encargos;
 - e. Obrigação do cumprimento da legislação em vigor respeitante à adequação dos materiais à área de hotelaria/restauração e de âmbito alimentar.
- 2 - O fornecedor deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
- 3 - Obriga-se também o fornecedor a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Gaia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto

de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª- Preço contratual

- 1 — Pelo fornecimento e instalação dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve pagar ao fornecedor os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O somatório da multiplicação das quantidades efetivas de bens adquiridos pelos preços unitários constantes da proposta adjudicada, durante toda a vigência do contrato não pode, em qualquer caso, ser superior ao valor máximo determinado de € 160.000,00 e que constituem o preço contratual (valores sem IVA).
- 3 — O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega e instalação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 4 — Não há lugar à revisão de preços.
- 5 - Sempre que se verifique necessário substituir um determinado artigo incluído na lista de artigos adjudicada, quer por força de novas imposições legais, quer por descontinuidade na produção do artigo, bem como quando se verifique necessário, por razões de interesse público, incluir nessa lista outros artigos que inicialmente não tenham sido adjudicados, o fornecedor obriga-se a cumprir com os fornecimentos daí decorrentes.
- 6 - A entidade adjudicante só procederá à substituição ou à inclusão de novos artigos, nos termos do número anterior, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos:
- a. Não seja ultrapassado o valor do contrato;
 - b. A modificação não altere as prestações principais abrangidas pelo objeto contrato;
 - c. Mediante apresentação pelo adjudicatário de um orçamento para o efeito, desde que as características técnicas e o preço apresentados para os bens em causa obtenham parecer positivo por parte dos serviços requisitantes

e sempre sujeito a prévia aprovação pelo Município.

Cláusula 9.ª- Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção, pelo Município de Vila Nova de Gaia, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
 - 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com cada entrega parcelar dos bens objeto do contrato e respetiva instalação.
 - 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Gaia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
 - 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo fornecedor ou através de emissão de cheque.
 - 5 - Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
 - 6 - As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:
 - i. através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
 - ii. através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para faturas@cm-gaia.pt, anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o respetivo ficheiro XML, com a estrutura necessária para o efeito (ver nota seguinte).
- 6.1. O tratamento das faturas remetidas através de email, para o endereço faturas@cm-gaia.pt, é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo o ficheiro PDF devidamente assinado, o ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente) e, deve ser indicado o email por onde serão enviadas as faturas eletrónicas para inclusão do mesmo na lista de endereços da respetiva plataforma onde será feita a receção e integração das mesmas.
- A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, podendo o fornecedor esclarecer as suas dúvidas através do email support@yetspace.com.

6.2. A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.

6.3. O fornecedor deverá fazer constar da fatura, entre outros dados, o número de compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LCPA) e o inerente diferimento do seu pagamento.

7 - Caso não estejam obrigados à emissão de faturação eletrónica, nos termos do artigo 284.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei orçamento do Estado para 2024), conjugado com artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que prorroga até 31 de dezembro de 2024, para as micro, pequenas e médias empresas, a aplicação de mecanismos de faturação diferentes dos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, devem os originais das faturas em suporte de papel ser entregues ou remetidos por correio postal endereçado ao Município de Vila Nova de Gaia, acompanhados com um documento comprovativo de micro, pequena ou média empresa.

Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução e dos níveis de serviço fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária:
 - a) de € 50,00 (cinquenta euros) por cada dia útil de atraso, após 30 dias a contar da data de cada requisição e
 - b) de € 100,00 (cem euros) por cada dia útil de atraso após 15 dias a contar da data da notificação para a substituição do equipamento.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Gaia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Vila Nova de Gaia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Gaia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª- Resolução do contrato

- 1 – O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e

culposo por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.

- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de Direito.
- 3 - O contrato pode também ser resolvido através do Município de Vila Nova de Gaia caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do fornecedor:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
- 4 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao fornecedor.
- 5 - O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 6 - O contraente público pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, nos casos de incumprimento do cocontratante previsto no artigo 333.º, por razões de interesse público nos termos do artigo 334.º e ainda por alteração anormal e imprevisível de acordo o disposto no artigo 335.º do CCP.

Cláusula 12.ª - Cessão da posição contratual

- 1 - A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante e rege-se pelo preceituado nos artigos 316.º a 318.º do CCP.
- 2 - Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode determinar a cessão da posição contratual, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.
- 3 - No caso do número anterior, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

PARTE II – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.^a - Local e conformidade da entrega dos bens

- 1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados em dias úteis, nos estabelecimentos de ensino dentro da área do Município de Vila Nova de Gaia, a serem indicados pela entidade adjudicante em sede de execução do contrato.
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 - Sempre que solicitado, o fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 4 - Com a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
- 5 - São da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com transporte e instalação dos bens e respetivos documentos.

Cláusula 14.^a- Transferência de propriedade

Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

Cláusula 15.^a- Inspeção

- 1 - Efetuada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar a operacionalidade dos mesmos e se reúnem as características e especificações definidas, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar ao Município de Vila Nova de Gaia, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 16.^a- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1 — No caso de os bens objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve disso informar,

por escrito, o fornecedor.

- 2 – No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Gaia, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.

Cláusula 17.ª- Garantia Técnica dos bens

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante, os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo legal a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Cláusula 27.ª, bem como outros que estejam elencados no presente Caderno de Encargos que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

Cláusula 18.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 - Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
- 2 - O Município de Vila Nova de Gaia não assume qualquer responsabilidade por Infrações cometidas pelo fornecedor, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

Cláusula 19.ª – Proteção de dados pessoais

- 1 - Constituem obrigações do fornecedor, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
- a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - d. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - e. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;

- f. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
- 2 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
- 3 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
- 4 - Finda a vigência do contrato, o fornecedor tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

Cláusula 20.ª – Avaliação de Fornecedores

- 1 – Aquando da receção da última fatura e no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, é feita a avaliação de cada fornecedor/ prestador, referente a toda a execução do contrato, de acordo com os seguintes critérios:
- I. Cumprimento dos prazos de entrega - Análise do desempenho do Fornecedor/Prestador no que respeita à adequação dos prazos de entrega às necessidades do MVNG, identificando atrasos nas entregas, aplicando a seguinte pontuação:
- 1 – Entrega ou presta o serviço com atraso com implicações para o funcionamento do serviço(s);
 - 3 – Entrega ou presta o serviço com atraso sem implicações para o funcionamento do serviço(s);
 - 5 – Entrega ou presta o serviço no prazo.
- II. Cumprimento das especificações – Capacidade do fornecedor/prestador em cumprir as condições contratuais/especificações dos produtos solicitados:
- 1 – Entrega ou presta serviço inadequado e/ou com impacto na satisfação dos serviços;
 - 3 – Entrega ou presta serviço com deficiências, mas que não têm impacto na satisfação dos serviços;
 - 5 – Entrega ou presta serviço adequado.
- III. Faturação - Análise do desempenho do Fornecedor/Prestador no que respeita à emissão da (s) fatura (s)
- 1 – Existiram problemas de faturação que levou à devolução de faturas;
 - 3 – O Fornecedor/Prestador teve dificuldades na faturação, mas nunca levou à devolução;
 - 5 – O Fornecedor/ Prestador faturou sempre com integral cumprimento contratual.
- 2 – Os resultados obtidos nos critérios referidos no ponto anterior serão convertidos em SATISFAZ/ NÃO SATISFAZ, através da média, sendo de SATISFAZ quando o valor obtido seja igual ou superior a 3 e de NÃO SATISFAZ quando

inferior a 3.

- 3– O resultado obtido em cada contrato será disponibilizado na plataforma de Contratação Pública no campo “avaliação do procedimento” correspondente, sendo anualmente notificados (via plataforma eletrónica) da média dos resultados obtidos.

Cláusula 21.ª - Acompanhamento da execução do contrato

- 1 – É nomeado um Gestor de Contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.º-A do CCP.
- 2 – Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a requisição / nota de encomenda / pedido de a remeter ao Adjudicatário.

PARTE III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.ª- Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.ª- Comunicações e notificações

- 1 - Todas as notificações e comunicações relativas à fase de execução do contrato, incluindo as respeitantes à aplicação de sanções contratuais, serão efetuadas, apenas, por correio eletrónico, nos termos da possibilidade admitida no artigo 468.º do CCP.
- 2 – No contrato serão identificados os endereços de correio eletrónicos para onde devam ser remetidas as notificações e comunicações referidas no número anterior, sendo que qualquer alteração no endereço eletrónico deve ser comunicada à outra parte.
- 3 – As notificações e comunicações remetidas nos termos dos números anteriores consideram-se feitas no dia da respetiva expedição (envio), cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 469.º do CCP.

Cláusula 24.ª- Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 25.ª- Produção de efeitos

O contrato tem início na data da sua outorga.

Cláusula 26.ª- Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 27.^a - Especificações Técnicas dos bens a fornecer

O presente procedimento tem por objeto o fornecimento de bens/equipamentos, em regime de fornecimento contínuo, para colmatar necessidades urgentes e resolver deficiências diversas, e com tempos de execução variáveis de manutenção, dos estabelecimentos de ensino do Município de Vila Nova de Gaia, conforme listagem a seguir discriminada:

POS	Unid.	Requisitos mínimos
1.1	Un.	Fornecimento e instalação de Fogão industrial construção em aço inox, funcionamento a gás (natural ou propano), dotado de 4 queimadores (3 x 10kW + 1 x 6kW) e 1 forno GN 2/1 (8kW), fogos abertos com válvula de segurança e termopares, pilotos para o acendimento dos queimadores, grelhas e queimadores em fundição, plano de trabalho estampado, forno com queimador em aço inox com piloto de acendimento e termopar, isqueiro piezoeléctrico para o acendimento, placa dissipadora de calor do forno totalmente em aço inox, controlo da temperatura por válvula termostática (95 – 300°C), dotado com 2 tabuleiros GN 2/1-65. Potência de 44kW. dimensões aproximadas: 800x900x870mm
1.2	Un.	Fornecimento e instalação de Fogão industrial, construção em aço inox, funcionamento a gás (natural ou propano), dotado de 4 queimadores (3 x 6kW + 1 x 3.5kW) e 1 forno GN 2/1 (8kW), fogos abertos com válvula de segurança e termopares, pilotos para o acendimento dos queimadores, grelhas e queimadores em fundição, plano de trabalho estampado, forno com queimador em aço inox com piloto de acendimento e termopar, isqueiro piezoeléctrico para o acendimento, placa dissipadora de calor do forno totalmente em aço inox, controlo da temperatura por válvula termostática (95 – 300°C), dotado com 2 tabuleiros GN 2/1-65. Potência de 29.5kW. dimensões aproximadas: 800x730x870mm
1.3	Un.	Fornecimento e instalação de Fogão industrial, construção em aço inox, funcionamento a gás (natural ou propano), dotado de 6 queimadores (4 x 10kW + 2 x 6kW) e 1 forno GN 2/1 (8kW), fogos abertos com válvula de segurança e termopares, pilotos para o acendimento dos queimadores, grelhas e queimadores em fundição, plano de trabalho estampado, forno com queimador em aço inox com piloto de acendimento e termopar, isqueiro piezoeléctrico para o acendimento, placa dissipadora de calor do forno totalmente em aço inox, controlo da temperatura por válvula termostática (95 – 300°C), dotado com 2 tabuleiros GN 2/1-65. Potência de 60kW. dimensões aproximadas: 1200x900x870mm
1.4	Un.	Fornecimento e instalação de Sautese / fritadeira basculante, construção em aço inox, funcionamento a gás, capacidade: 80 litros, tampa rebatível e compensada, queimador tubular em aço inoxidável com piloto e válvula electrónica para o acendimento, controlo termóstático da temperatura entre 50°C e 315°C, cuba em aço inoxidável, elevação da cuba por volante, sistema de segurança que apaga a chama em caso de elevação da cuba, electroválvula para o enchimento da cuba com água, potência: 20kW, dimensões aproximadas: 800x900x870mm
1.5	Un.	Fornecimento e instalação de Sautese / fritadeira basculante, construção em aço inox, funcionamento a gás, capacidade: 60 litros, tampa rebatível e compensada, queimador tubular em aço inoxidável com piloto e válvula electrónica para o acendimento, controlo termóstático da temperatura entre 50°C e 315°C, cuba em aço inoxidável, elevação da cuba por volante, sistema de segurança que apaga a chama em caso de elevação da cuba, electroválvula para o enchimento da cuba com água, potência: 14kW, dimensões aproximadas: 800x730x870mm
1.6	Un.	Fornecimento e instalação de Monolume, com um queimador com válvula de segurança, termopar e chama piloto, diâmetro exterior do queimador 167mm, construído em aço inoxidável, potência: 12 kW, dimensões aproximadas: 580x580x520mm
1.7	Un.	Fornecimento e instalação de Forno convector, construção em aço inox, funcionamento eléctrico, capacidade: 5 níveis GN 1/1, dotado de 5 tabuleiros GN 1/1-65, controlo de funcionamento electro-mecânico, câmara com cantos arredondados para fácil limpeza, um ventilador de 2 velocidades e reversíveis, alta capacidade de humedificação regulável, display com a temperatura, potência: 7.9kW, dimensões aproximadas: 905x845x730mm

POS	Unid.	Requisitos mínimos
1.8	Un.	Fornecimento e instalação de Forno convector, funcionamento a gás, capacidade para 6 tabuleiros GN-1/1 ou 12 tabuleiros GN-1/2, dotado de 10 tabuleiros GN 1/1-65 + 2 tabuleiros perfurados GN 1/1-100 + 1 tabuleiro GN 1/1-20 + 10 grelhas GN 1/1, construção em aço inox, dotado de carro porta tabuleiros com calhas, Ecrã 2,8" com comando giratório e função push para configurar e confirmar as entradas, sistema iFunction: regeneração, cozedura a vácuo, cozedura noturna, fermentação, pasteurização, fumados, charcutaria e desidratação, sistema iClima: Gestão e regulação da humidade graças à medição direta da sonda de humidade, capacidade de regulação de 10%, Fagor Recipe Center: 100 receitas predefinidas de fábrica e testadas culinariamente, capacidade de armazenamento de mais de 100 receitas de 9 fases, Cool-down por ar e por água (função de arrefecimento rápido da cabina), modos de cozinhar: vapor a baixa temperatura 30-98°, vapor a 99°, super vapor de 100-130°, misto 30-300° e convecção 30-300°, desumidificação da câmara para assados crocantes, cozedura Delta DIRECTSTEAM: Geração de vapor através de injeção da água na turbina, pulverizando a água e convertendo-a em vapor, EZ-Sensor: Sonda interna com 4 pontos de medição, elemento auxiliar de posicionamento para sonda térmica, injeção manual de vapor, sistema de humidificação automática - humidificação variável de 5 níveis, 6 velocidades de circulação de ar programáveis (Desde 1400 rpm até paragem da turbina), programação retardada: possibilidade de seleccionar 1/2 potência, porta da câmara de cozedura com vidro duplo com ventilação, iluminação led para a câmara de cozedura, sistema de lavagem inteligente iWashing sólido (eficiente para o meio ambiente), potência de gás: 12kW, dimensões aproximadas: 898x817x846mm
1.9	Un.	Máquina de lavar louça, construção em aço inox, capacidade da cuba: 23 litros, dimensão da porta: 340mm, consumo de água: 3lts/ciclo, braços de lavagem e de enxaguamento totalmente em aço inox, filtro e aparadeiras da cuba totalmente em aço inox, enchimento automático da água, 2 ciclos de lavagem, cestos: 500x500mm, produção: 30 cestos/hora, potência: 5150W (400V), dimensões aproximadas: 600x625x820mm + 2 x cestos para lavagem de copos + 2 x cestos para lavagem de pratos + 2 x cestos de 8 compartimentos para lavagem de talheres
1.10	Un.	Máquina de lavar louça sistema capot, aquecimento eléctrico, rendimento máximo: 1300 pratos/h, construção em aço inox, sistema de carga e descarga lateral ou em ângulo, programador digital com 3 ciclos de lavagem, lavagem e enxaguamento, braços de lavagem e de enxaguamento totalmente em aço inox, filtro e aparadeiras da cuba totalmente em aço inox, capacidade do tanque: 36 lts, capacidade da caldeira: 12,4 lts, consumo de água por ciclo: 3,5 lts, resistência do tanque: 4,5 kW, resistência da caldeira: 10,2 kW, potência total: 11,1kW, microswitch de protecção na porta, dois termostatos de segurança, cestos: 500x500mm, entrada do cesto: 420mm, nível de água do tanque ajustado automaticamente, válvula de retorno para assegurar que a água suja não volta para trás na rede, dimensões aproximadas: 635x717x1045mm + 3 x cestos para lavagem de copos + 3 x cestos para lavagem de pratos + 3 x cestos de 8 compartimentos para lavagem de talheres
1.11	Un.	Fornecimento e instalação de Armário frigorífico de refrigeração, interior e exterior em aço inox, com 1 porta alta, capacidade: 700 litros, temperatura, -2°/+8°C, ângulos e fundo arredondado, isolamento em poliuretano injectado, frio ventilado, termostato electrónico digital, portas com dispositivo automático de fecho, descongelação automática, evaporação automática da água da condensação, evaporador com tratamento anti-corrosivo, orifício interior com tampa para escoamento de água, pés reguláveis em altura, inclui 3 grelhas por porta, potência: 484W (230V), dimensões aproximadas: 693x826x2008mm
1.12	Un.	Fornecimento e instalação de Armário frigorífico de congelação, interior e exterior em aço inox, com 1 porta alta, capacidade: 700 litros, temperatura, -15°/-22°C, ângulos e fundo arredondado, isolamento em poliuretano injectado, frio ventilado, termostato electrónico digital, portas com dispositivo automático de fecho, descongelação automática, evaporação automática da água da condensação, evaporador com tratamento anti-corrosivo, orifício interior com tampa para escoamento de água, pés reguláveis em altura, inclui 3 grelhas por porta, potência: 690W (230V), dimensões aproximadas: 693x826x2008mm
1.13	Un.	Fornecimento e instalação de Carro banho-maria, construção em aço inox AISI304 escovado, banho-maria com capacidade para 3 containers GN 1/1-150 (incluídos), dotado de 3 controladores termoestáticos independentes para cada cuba, torneira para vazamento da cuba, duas rodas com travão e duas sem travão, cuba com 200mm de profundidade, potência: 3000W (230V), dimensões aproximadas: 1170x670x850mm
1.14	Un.	Fornecimento e instalação de Banho-maria de bancada, construção em aço inox AISI304, banho-maria com capacidade para 1 container GN 1/1-150 (incluído), dotado de controlador termoestático, torneira para vazamento da cuba, cuba com 200mm de profundidade, potência: 1200W (230V), dimensões aproximadas: 540x330x220mm

POS	Unid.	Requisitos mínimos
1.15	Un.	Fornecimento e instalação de Forno eléctrico multifunções, painel de comandos mecânico pulsantes, piloto indicativo de funcionamento, 6 funções, porta em vidro duplo, dimensões aproximadas: 595x595x512mm
1.16	Un.	Fornecimento e instalação de Micro-ondas, exterior e interior em aço inox, painel de comandos eléctrico, função de grill, 5 níveis de potência, capacidade de 23 litros, prato giratório, descongelação automática por tempo e peso, temporizador de 0 a 95 minutos, função de +30 segundos, 8 menus de acesso directo, dimensões aproximadas: 485x386x293mm
1.17	Un.	Fornecimento e instalação de Frigorífico combinado, revestimento em aço inox, capacidade total: 325 litros (conservação: 224 litros + congelação: 78 litros), controlo electrónico, display digital, sistema No Frost, descongelação automática, congelação rápida, indicador digital de temperatura na conservação e congelação, luz interior, dimensões aproximadas: 595x635x1880mm
1.18	m²	Fornecimento e instalação de Mesa de apoio, construção em aço inox AISI304 escovado com espessuras de 1.2mm nos planos de trabalho (tampas) e restante estrutura em Im com acabamento cuidado e sem pontos de soldadura ou rebites visíveis, prateleira inferior e intermédia, dimensões: 1000x1000x900mm

Cláusula 28.ª – Regime de Fornecimento

- 1 - Os fornecimentos serão executados de acordo com as necessidades do Município de Vila Nova de Gaia, mediante requisição efetuada, tendo sempre por referência os preços unitários resultantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - Os bens/equipamentos serão instalados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Vila Nova de Gaia. Sempre que necessário, deverá ser realizada uma visita prévia, sob pedido do Município de Vila Nova de Gaia, para marcação e definição das infraestruturas necessárias ao funcionamento do equipamento a instalar.

Cláusula 29.ª- Obrigações Acessórias do fornecedor

1. Formação aquando da instalação, sobre a utilização e manutenção do bem/equipamento;
2. O fornecedor deverá reunir condições que garantem resposta num prazo máximo de 45 dias, após a requisição.
3. Prazo de entrega máximo de 45 dias.
4. Substituição de equipamentos danificados: 15 dias.